

UMA ANÁLISE HISTÓRICA, LEGAL E REFLEXIVA SOBRE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Lilia Kênia Galvão da Silva¹
Priscila Jaciara de Moraes²
Mariluze Riani Diniz dos Santos³

RESUMO

Este trabalho é baseado em estudos e debates realizados na disciplina *Educação para a diversidade* do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) que nos motivou compreender melhor a trajetória vivenciada pelas pessoas com necessidades educacionais especiais. Desta forma, temos por objetivo refletir a história de desafios e preconceitos dos deficientes, como também a sua conquista por direitos legais seja no âmbito moral, social ou educacional que são direitos de qualquer ser humano. A pesquisa é teórica/documental baseada nas seguintes fontes: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001); GARCIA e BEATON (2004). Está estruturada em dois momentos: primeiro, intitulada “Trajetória da pessoa com deficiência: desafios e conquistas” que propõem uma reflexão histórica da gênese dos fatos da pessoa com deficiência; segundo, “Direito a diversidade: documentos que rezam a favor” tratando-se dos documentos que propõe melhorias educacionais a favor da inclusão dos deficientes em escolas normais. Tais estudos revelaram que as pessoas com necessidades educacionais especiais estão, ao longo de sua história, obtendo conquistas e avanços significativos diante da sociedade, visto que as leis e diretrizes da educação especial dão suportes para que esses progressos sejam possíveis. Desta forma verificou-se a necessidade de aprofundar os estudos e pesquisas relacionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais para que a inclusão possa acontecer na sociedade atual.

PALAVRAS – CHAVE: Deficiente. Desafios. Conquistas. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o deficiente e sua complexidade dentro de um contexto histórico, legal e social, pauta-se na justificativa de compreendermos um pouco o fator histórico, o que diz as leis e refletir sobre a sua aplicabilidade. Teve como base para o seu desenvolvimento as aulas da disciplina Educação para a Diversidade ministrada pelo professor Dr. Dauri Lima do Nascimento realizada no curso de Pedagogia, Faculdade de Educação-FE da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

As pessoas com necessidades educacionais especiais ao longo de sua história enfrentavam situações de discriminação e rejeição por parte da sociedade e familiares, que de acordo com suas crenças consideravam essas pessoas incapazes de se desenvolver e conviver em sociedade, com pessoas consideradas “normais”. Portanto, nosso objetivo primordial é ampliar

¹ Aluna do curso de Pedagogia – UERN; bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET Pedagogia.

² Aluna do curso de Pedagogia – UERN.

³ Aluna do curso de Pedagogia – UERN; bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET Pedagogia.

nossa visão de conhecimento sobre o histórico de pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como compreender os parâmetros legais na sociedade atual que permitem a sociabilidade e a inclusão destes na vida social.

As metodologias empregadas para a sua elaboração partiram das discussões e questionamentos realizados em sala de aula e através do contato com a bibliografia indicada para leituras. Desta maneira o texto está estruturado da seguinte forma: primeiro, “Trajetória da pessoa com deficiência: desafios e conquistas” que propõem uma reflexão história da gênese dos fatos da pessoa com deficiência baseada em GARCIA e BEATON (2004); segundo, “Direito a diversidade: documentos que rezam a favor” tratando-se dos documentos que propõe melhorias educacionais a favor da inclusão dos deficientes em escolas normais a luz das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

Trajetória da pessoa com deficiência: desafios e conquistas

A deficiência física e mental não é uma preocupação atual. Desde a idade primitiva os seres humanos se deparam com crianças que necessitavam de um tratamento diferente. No entanto, por não haver conhecimento acerca do assunto, nossos antepassados acreditavam que as crianças nascidas com alguma deficiência estavam possuídas por espíritos demoníacos e eram seres incapazes de realizar atividades individuais e coletivas, sendo assim isolava-as da sociedade ou eliminava suas vidas. Os “defeitos” físicos e mentais eram, portanto, alvos de rejeição por todos que eram considerados “normais”. Os deficientes também eram considerados doentes, a ponto de serem sacrificadas ou obrigadas a ficar em alojamentos isolados da sociedade.

GARCIA e BEATON (2004) historiciza um pouco esta questão:

[...] um conselho de anciãos examinava o nascimento de uma criança e suas características físicas e se não possuísse qualidades requeridas para chegar a ser um grande guerreiro, o bebê era jogado de uma grande montanha para ser eliminado. Medidas semelhantes ocorriam em outras sociedades em que os pais podiam decidir abandonar seus filhos às feras por considerá-las com alguma formação inadequada (p. 18).

No final da idade média, a sociedade destruía todas as possibilidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência, aprisionando-as, matando-as e escondendo-as como se possuíssem algo impuro, sendo muitas vezes por esta razão queimadas em fogueiras. Tudo isso acontecia com o consentimento da família, pois o acontecimento era normal e partia do cumprimento de suas crenças, considerando seus filhos mártires.

Em outros casos, quando a deficiência não era evidente, ou seja, não era física, mas sim mental, as crianças ao nascer ficavam sob observação dos familiares para que se percebesse alguma anomalia e caso fosse detectado algum defeito, a criança ou era isolada, totalmente excluída do meio social, não tendo direito a compartilhar dos mesmos hábitos das pessoas “normais”, nem mesmo de uma conversa familiar; ou, era sacrificada.

No século XVI as primeiras pesquisas que surgiram sobre pessoas deficientes, foram observadas tanto pelos familiares, como por pesquisadores impulsionados pelo intuito de ajudar e descobrir métodos que transformasse e melhorasse a situação de total desamparo em que viviam esses deficientes, pois eram excluídos do convívio familiar, da participação social e escolar. Esses estudiosos trabalhavam intensamente para suavizar as dificuldades desses deficientes através de experiências, desenvolvendo assim habilidades de crianças e adultos com necessidades especiais.

Tiedeman, Preyer, Tracy e outros realizaram seus estudos a partir de observações feitas com seus próprios filhos. Observações que permitiram descobertas importantes sobre a psicologia infantil, apesar do método usado e do pequeno numero de crianças estudadas, o mais importante do trabalho desses estudiosos foi terem desencadeados inúmeros estudos de outros psicólogos e educadores de diferentes partes do mundo (GARCIA e BEATON 2004, p. 26).

As mudanças e melhorias para os deficientes foram avançando ao desenrolar do tempo. As lutas e pesquisas em favor daqueles que até então eram considerados diferentes só ganhavam força, ampliando suas possibilidades de sobrevivência, descobrindo suas capacidades e abrindo direitos à vida social e educacional que é direito de qualquer ser humano.

No século XVIII o espanhol Pedro de Leon tomou a iniciativa de ministrar aulas para pessoas com deficiência auditiva, ensinando-os a falar. Ao realizar seu projeto com êxito, o espanhol derrubou a teoria aristotélica que defendiam a impossibilidade dos surdos conseguirem falar e estudar. A atitude de Pedro de Leon impulsionou os estudiosos Juan Bonet e o L. Epée a criarem em Paris, no ano de 1760, a primeira escola para surdos do mundo.

Após alguns anos as idéias de ensino para deficientes somente amadureciam. Em 1784 Valentin Haay fundou uma instituição para deficientes visuais, onde empregava um método primitivo de ensino por meio do tato, tendo letras do alfabeto moldadas em madeira. Anos mais tarde, o seu aluno Luís Braille criou um alfabeto para cegos o qual recebeu o seu nome. Esse alfabeto é utilizado pelos cegos até os dias atuais.

Além desses pesquisadores, houve vários outros estudiosos e pesquisadores que deram pequenas contribuições, mas que foram de uma importância singular e inenarrável para esse processo. São eles:

- *Comenius*, pensador que combatia o prazer pelo sofrimento alheio, muito se incomodou com a situação das crianças de sua época, vindo a criar um modelo de escola que deveria ensinar “tudo a todos” incluindo os portadores de deficiência mental;

- *Jean-Jacques Rousseau*, pregava o respeito e o desenvolvimento físico da criança, pois para ele a desigualdade nociva da sociedade teria eliminado gradativamente a liberdade dos indivíduos e em seu lugar restaram habilidades, como culto das aparências e as regras de polidez;

- *Johann Heinrich Pestalozzi*, tinha as suas teorias baseadas no amor e na afetividade, e por causa desse amor altruísta, criou uma escola para os “excluídos”, pois, segundo o seu pensar, o amor provoca o processo de autoeducação. Afirmava ainda que a função principal do ensino é levar a criança a desenvolver suas habilidades naturais e inatas;

- *Friedrich Froebel*, esse educador considerava o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas, por isso criou o jardim da infância, fazendo com que as crianças tivessem um local específico para desenvolver seu aprendizado por meio da prática, independente de suas limitações;

- *Maria Montessori*, direcionou a carreira para a psiquiatria, interessou-se por crianças com retardos mentais. Percebeu que aqueles meninos e meninas excluídos da sociedade por serem considerados impossibilitados de receber algum tipo de educação, respondiam com rapidez e entusiasmos aos estímulos para realizar trabalhos domésticos, exercitando habilidades motoras e experimentando autonomia, pois para ela, o potencial de aprender está em cada um de nós.

É importante conhecer os registros históricos que permearam as observações e transformação ocorridas com as pessoas que tinham alguma deficiência, pois é através desses registros que tomamos conhecimento das lutas e conquistas enfrentadas por aqueles que acreditavam que, mesmo com algumas limitações as pessoas tinham direito a vida e a igualdade de oportunidades.

Esses filósofos, pensadores, educadores, teóricos e médicos contribuíram com os avanços nas pesquisas das crianças com *necessidades especiais*, pois as suas observações, pesquisas, métodos clínicos e educacionais serviram de base para que os programas de Educação Especial fossem constituídos e fortalecidos, viabilizando assim a criação de diretrizes e leis para melhorar a vida dos deficientes.

Direito a diversidade: documentos que rezam a favor

Desde a Idade Média ao período em que as leis vigoraram para atender os deficientes ocorreram muitas transformações. Algumas pessoas da sociedade eram contra e outras a favor

dessa causa. Desta maneira, muitas interrogações, dúvidas e incertezas cercavam toda a população sobre o tema deficiência, pois todas as crenças e paradigmas que norteavam as formas de ver e viver na sociedade seriam desmitificadas.

O surgimento de leis trouxe respostas e melhorias aos deficientes, pois visava atender as suas necessidades, buscando uma igualdade entre pessoas com algum tipo de deficiência e os demais cidadãos, considerados “normais”. As normas jurídicas é um dos mais importantes e eficazes instrumentos para que a oportunidade de igualdade e de uma vida melhor seja garantida e cumprida para os deficientes. Sendo assim, nenhuma pessoa deve ser considerada em um patamar superior à outra, independente de seu poder aquisitivo, classe a que pertence, ou mesmo situação física ou mental. Todos são iguais em direitos, e assim devem ser considerados.

Para garantir a igualdade de oportunidades na educação, foi elaborado com urgência um documento contendo normas, onde o atendimento da população que se apresenta com necessidades especiais iriam ser supridos mediante Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esse documento proporciona a entrada de pessoas com necessidades especiais em escolas normais e ainda de estarem participando e sendo incluídas na educação e na socialização com pessoas de pensamentos diferentes; como também o ingresso ao mercado de trabalho.

Com a criação destas novas propostas e mudanças começou-se uma luta pela inclusão na escola, pois muitos preconceitos e barreiras teriam que ser resolvidos, pois segundo a “Constituição Federal, Título VIII, da ORDEM SOCIAL: Artigo 208, III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo” (BRASIL. 2001, p. 10).

O direito a educação vêm sendo abordado e desenvolvido em vários documentos, inclusive na Declaração Mundial de Educação para Todos - Declaração de Salamanca, onde o Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien na Tailândia em 1990, ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. (BRASIL 2001, p. 14).

De fato, o ingresso das crianças com necessidades especiais na escola, não é garantia de aprendizagem com qualidade, pois são vários os fatores para que se possa atingir essa qualidade, como por exemplo, estrutura física, recursos financeiros, materiais didáticos adaptados,

professores e demais funcionários preparados para trabalhar diferentes métodos de ensino para que os alunos especiais aprendam e se socializem. Não é interessante apenas que o aluno deficiente esteja na sala de aula, mas também que se aproprie do conhecimento. Para isso, é preciso ter uma estrutura física adequada para essa clientela, máquinas e equipamentos que favoreça essa oportunidade de aprendizagem. Essa inclusão na escola implica numa mudança de paradigma educacional, quando reorganizamos as práticas escolares como planejamento, avaliação, formação de turma, dentre outros.

As adaptações no currículo dos professores também é uma questão que deve ser considerada, isto é, se faz necessário uma preparação mais qualificada para que esse profissional possa obter êxito no desempenho de suas funções educacionais, trazendo aulas mais dinamizadas, com recursos didáticos atrativos e adaptados para desenvolver nas crianças suas habilidades, fazendo com que os alunos compreendam melhor os conteúdos e superem suas próprias dificuldades tanto em sala de aula como na sociedade.

Desta forma, para que os professores tenham a habilidade e propriedade de transmitir conhecimentos para pessoas com necessidades especiais, precisa-se ter uma formação acadêmica continuada e com qualidade que ofereça contextos diversos de trabalho abrangendo todos os tipos de deficiências.

Os programas de formação inicial deverão inculir em todos os professores da educação básica uma orientação positiva sobre a deficiência que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com serviços locais de apoio. Os conhecimentos e as aptidões requeridos são basicamente os mesmos de uma boa pedagogia, isto é, a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões [...] (LIMA 2006, p. 16 e 17).

As escolas estão se adaptando a essa nova realidade, pois as crianças com deficiências até pouco tempo atrás só freqüentava escolas especiais, destinadas exclusivamente para elas, onde eram trabalhadas as deficiências e não os conhecimentos educacionais e científicos. Os avanços em relação à educação inclusiva impulsionaram os cursos superiores e as universidades adicionarem disciplinas voltadas para a educação especial em sua grade curricular. Sabemos que uma boa prática e uma excelente formação não são suficientes para garantir a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, é necessária também a participação da comunidade, dos familiares, dos colegas e funcionários da escola assim como da sociedade como um todo.

Enfim, são vários os fatores contribuintes para uma educação de qualidade destinada aos deficientes, notamos que os avanços nesta área já são perceptíveis por toda a sociedade mundial.

É uma luta que iniciou desde a Idade Média e estende-se até os dias de hoje, com a legislação vigente. Porém, apesar dos progressos e conquistas, esta luta está longe de acabar, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois as leis que foram criadas em favor das pessoas com necessidades especiais precisam ser cumpridas para que essas pessoas possam ser beneficiadas e ter igualdade de oportunidade.

CONCLUSÃO

Diante das análises dos aspectos legais e do processo histórico das pessoas com necessidades especiais, podemos constatar que muito se produziu para obtermos hoje um maior respeito pelos direitos dos deficientes, sabemos que ainda faltam muitas coisas para garantirmos a igualdade de oportunidades, mas, no entanto muitos passos já foram conquistados. O Brasil é um dos países mais atualizados em termos de políticas de inclusão, o que está faltando é o cumprimento de leis, dos documentos para que a inclusão aconteça efetivamente em todos os setores da sociedade e não apenas na educação.

A situação atual ainda é muito diferente de como está nos documentos, pois em muitos lugares encontramos resistência de professores e escolas em aceitar e até mesmo educar pessoas deficientes. Muitos se encontram dependentes da ajuda de outros profissionais da área da saúde para poder trabalhar as habilidades dos alunos, já outros professores acham-se incapazes de se prepararem para essa nova realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/ Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001.

GARCIA, Maria Tereza; BEATON, Guilherme Arias. **Necessidades Educativas Especiais: desde o enfoque Histórico – cultural**. São Paulo: Linear B, 2004.

GRANDES PENSADORES. **Nova Escola**. São Paulo: Abril, Ed. Especial, julho de 2009. p. 32 à 47 e 65 à 69.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez, 2000.
NASCIMENTO, Dauri Lima do. **Manual: Programa Individual de Apoio Educativo – PIAE** para crianças com síndrome de Down e deficientes mentais. Ed. Coleção Mossoroense – RNN, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **As dez competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, editora 2000.

BATTISTI, Cleusa Molinari. **Inclusão: História e Legislação**. Junho de 2007 - páginas 131 a 134. Cerro Grande – RS. ISSN 1809-4589. < <http://www.agora.ceedo.com.br> > acesso em: 22/07/2011.